

O PAPEL DA PROFESSORA - LOCUTORA DAS ESCOLAS RADIOFÔNICAS DA ARQUIDIOCESE DE NATAL (1958 – 1960)

Autor: Gladys de França Vieira - DEPED

Orientadora: Marlúcia Menezes de Paiva - DEPED

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Este trabalho propõe estudar a ação político-social-educativa da Igreja Católica – Arquidiocese de Natal - junto às comunidades rurais através das Escolas Radiofônicas, e, mais especificamente, o papel das professoras-locutoras que participaram deste movimento, bem como sua atuação como pessoas diretamente ligadas e afinadas com este projeto.

A educação no meio rural brasileiro, principalmente nos lugares mais afastados tem sofrido ao longo dos anos a ausência de políticas públicas: faltam escolas, os professores são mal pagos, mal qualificados. Em épocas anteriores, esse quadro foi mais grave. Os poderes públicos não davam o devido apoio à educação básica, não qualificavam os professores, e menos ainda não promoviam uma estrutura física que, pelo menos, possibilitasse desenvolver a educação nesses lugares. O currículo, nunca foi motivo de preocupação para os governos, apesar de sabermos que o calendário letivo e o modo de ensinar, no meio rural, deveria ser diferenciado, sobretudo, por causa dos períodos do plantio e da colheita.

Essa constatação provocou o interesse em estudar a educação no meio rural. Esse projeto de investigação estuda, no período do pós-guerra, o trabalho da Arquidiocese de Natal através das Escolas Radiofônicas voltado para a educação no meio rural. Essa foi uma iniciativa da Igreja Católica para atuar junto à população em contextos rurais, organizando movimento social e educativo através da alfabetização de jovens e adultos

O referido movimento educativo desencadeia-se no contexto em que a erradicação do analfabetismo entra na pauta das políticas de Governo, se constituindo objeto de reflexão da sociedade civil. O movimento educativo desenvolvido desde a década de 1920, quando começa a imigração campo/cidade, com o início da mecanização das áreas rurais, provocada pelo desenvolvimento capitalista. O processo migratório se desencadeia concomitante à urbanização, atraindo, assim, o homem do campo para as grandes, médias e pequenas cidades. O homem então se vê obrigado a sair do seu lugar de origem perdendo as suas raízes, em busca de sonhos de sobrevivência.

Esse deslocamento das populações rurais em busca de centros urbanos, provocou inúmeros problemas para as cidades, que cresceram sem que fossem criadas condições mínimas de infraestrutura para acolher esses novos habitantes, que freqüentemente se localizaram nas áreas periféricas dos centros urbanos multiplicando os problemas sociais. Os governos, pressionados, iniciaram programas e projetos dirigidos para enfrentar esse grande problema social, e a educação foi uma das armas políticas utilizada para resolver estes problemas, com campanhas de alfabetização, programas compensatórios e outros.

A Igreja também participa desses movimentos. Em Natal - RN, a Arquidiocese organizou movimentos em favor do analfabeto, como é o caso das Escolas Radiofônicas, cujo trabalho educativo voltou-se para os adultos leigos das comunidades rurais. Este movimento pretendia alfabetizar e conscientizar as pessoas que antes sequer conheciam os seus direitos como cidadãos. De acordo com Alvarenga (00 p.01).

No Brasil, as iniciativas que envolvem as políticas governamentais de alfabetização de jovens e adultos parecem confirmar, cada vez mais, a inexorável existência de sua conexão com os modelos políticos e econômicos que foram e continuam sendo desenvolvidos no país, condicionando a questão da cidadania aos marcos ideológicos determinados por estes modelos.

A imigração se torna evidente e até necessária à sobrevivência do camponês, que para enfrentar a modernidade e adequar-se ao modo de vida urbana, necessitaria ser alfabetizado. Percebemos assim, que nas últimas décadas, há uma transição no contexto político-econômico-social brasileiro em decorrência da expansão de uma estrutura econômica industrial capitalista. As mudanças que se processaram nesse contexto não representaram a melhoria de vida para o trabalhador rural nem da cidade. Ao contrário, desencadeou-se um processo no qual trabalhadores assumem características do tipo *bóias-frias*, *volantes* diante da situação de subemprego no campo. Segundo Calazans e outros (1985, p. 46)

Esse desequilíbrio entre o Brasil rural e o Brasil urbano e industrializado, sem querer entrar no mérito da tese dos “dois Brasis”, de fato oferecia contrastes do ponto de vista da absorção da mão-de-obra e “ao início dos anos 40, o número de operários industriais elevaram-se para 650 mil, a população em cidades com mais de 20 mil habitantes chega a 6,5 milhões. E entre 1940 – 60

esse contingente elevará sua participação na população rural de 15,1% para 29,7%. Entretanto, a pouca alteração nas condições de trabalho no campo estará impulsionando o êxodo rural, levando aos centros urbanos principais um contingente de mão-de-obra que excede em muito as efetivas oportunidades de emprego criadas pela diversificação das atividades produtivas.

Para a educação, neste contexto, predomina o discurso da participação comunitária. *A comunidade é a grande descoberta das autoridades Maia* (1982 p. 09). O Documento do Ministério da Educação, “Subsídios para o Planejamento da Educação Rural” (1979), destaca a participação comunitária como condição para atuar na sociedade. Desde então vêm se desenvolvendo inúmeros programas comunitários na zona rural, principalmente no Nordeste, onde a desigualdade é retratada como calamitosa. Vale destacar que muitos desses programas, considerados assistencialistas são desencadeados pelo governo e ... *acabam concorrendo para facilitar o controle político dos grupos locais, esvaziando os movimentos ligados às associações de classe, como os sindicatos rurais. Idem* (p. 10).

A despeito dessa situação são apontadas iniciativas institucionais e/ou da própria população, através de movimentos sociais.

A renovação da ação pedagógica da Igreja Católica teve suas bases lançadas em um momento de profundas mudanças econômicas, sociais e políticas do país. O país se industrializou e modificou profundamente a estrutura das ocupações tradicionais, configurando novos segmentos sociais. Entre as várias mudanças operadas, destaca-se o crescimento das cidades, com o conseqüente esvaziamento do meio rural, provocando um empobrecimento tanto do campo quanto da cidade. Constituíram-se grandes centros urbanos, com efetivas áreas de tensão social. Os trabalhadores rurais passaram a se organizar, mobilizando-se e criando associações, ligas camponesas, sindicatos rurais, fazendo nascer uma nova força política: a do trabalhador rural, com forte influência no ideário comunista. Essa nova força e mais a expansão de outras religiões (protestantismo, espiritismo, religiões afro-brasileiras), soaram como um sinal de alerta para a Igreja Católica. A Igreja passou a adotar uma política de intervenção mais direta no meio social, em particular nas áreas rurais, pois necessitava preservar e ampliar seu campo de

influência: organizou seu laicato (Ação Católica) e também o Clero (a CNBB foi criada em 1952). Esta iniciativa da Igreja Católica demonstrou sua preocupação maior, além de perceber o *perigo* que outros movimentos educacionais, com outra postura, agia, a educação no Rio Grande do Norte demonstrou sua força com movimentos de significativa importância. Nas palavras de Souza (2001. p. 126)

... é importante assinalar o surgimento do conhecido Método Paulo Freire, do qual direta ou indiretamente resultaram experiências que se destacaram com uma proposta pedagógica adaptada ao meio. Destas, as que mais se projetaram no cenário nacional foram as implementadas pelo Movimento de Educação de Base, da Igreja Católica, destinadas à educação do meio rural, e a Campanha de pé no Chão também se aprende a ler, da Prefeitura de Natal, na periferia urbana da capital do Estado do Rio Grande do Norte.

O Rio Grande do Norte, Estado profícuo em experiências educativas, conta, ainda hoje, com trabalhos experimentais desenvolvidos no campo sócio-educacional, de iniciativas tanto da Igreja Católica, como de organizações governamentais e outras. Dentre essas experiências realizadas, destaca-se o Movimento de Natal, surgido em meados dos anos quarenta, no âmbito do processo de renovação das práticas educativas da Igreja Católica. Dentre os programas realizados por esse Movimento, estão inseridos as escolas radiofônicas da Arquidiocese de Natal.

Professoras-locutoras

Apesar do entusiasmo pela alfabetização vivenciado naquela época, dar aulas através do rádio não despertou grande interesse do poder público. Segundo Maria Lúcia Pinto, (1989 p.104), Coordenadora do MEB em Mossoró.

“a idéia de um plano para Escolas Radiofônicas não despertou maiores atenções do poder público, sob a alegação de ser impossível alfabetizar pelo rádio e indispensável o contato direto entre educador e educando”.

Essa argumentação apenas esconde o tradicional desinteresse dos poderes públicos por educação, pois apesar do alto índice de analfabetismo, que em 1960 chegava a 39,60%

de jovens e adultos no Brasil, e do caráter e possibilidades inovadoras que o rádio apresentava para a alfabetização, a iniciativa desse projeto de alfabetização pelo rádio ficou, inicialmente, ao encargo exclusivo da Igreja Católica. *Segundo o senso de 1960, Natal tinha mais de 30.000 analfabetos, adultos e crianças, sem escolas*) Germano (1989 apud Carvalho (2001, p. 143)

É bem verdade que, no início das atividades, a educação pelo rádio, pelo caráter inovador que apresentava, parece ter *motivado* jovens professoras em início de carreira, ligadas a algum movimento social que lutava por melhores condições de vida do trabalhador, pois a educação, no caso, a alfabetização, era considerada um dos instrumentos dessa luta. A vontade de ensinar era muito grande, qualquer dificuldade era ultrapassada pelo desejo de mudar a vida desse trabalhador. Junto a isso, seguia também a linha voluntária das professoras. O retrato da professora da educação rural demonstra uma participação comunitária, doadora de seus esforços e saberes. Este talvez não seja o caso das professoras-locutoras, pois, apesar de sabermos que seu trabalho era remunerado, chegando a receber um salário maior do que professores contratados pelos órgãos públicos, seu trabalho não se resumia à sala de aula (cabine de rádio). Havia uma mobilização para que as atividades não parassem. Essas atividades deveriam ser feitas pelos monitores, mas as professoras-locutoras sempre se engajavam: realizavam visitas aos locais de aula, viagens às sedes dos municípios, etc. Não havia medo ou falta de disposição. Tudo era motivo para lutar em favor do trabalhador rural e sua alfabetização. De acordo com Paiva (1987, p. 242)

O trabalho educativo deveria, por isso, visar a conscientização, a mudança de atitudes e a instrumentalização das comunidades; a educação de base precisava transcender a mera escola radiofônica e atuar mais profundamente sobre as comunidades rurais.

Percebemos aí que, mesmo inseridas em um trabalho educativo, as professoras-locutoras também participavam do movimento em instâncias maiores, ou seja, se, por um lado, a Igreja se permitiu sair das sacristias, por outro lado, as professoras-locutoras se permitiam sair da cabine de rádio. E isso as motivava ainda mais.

No início dos trabalhos, a Coordenação das Escolas Radiofônicas convidou normalistas para participarem daquele movimento inovador.

Não foi mera coincidência que o convite sempre era dirigido a uma mulher. “ *A função do professor das Escolas Radiofônicas do SAR sempre foi confiada a um profissional da área de educação, do sexo feminino*”. (PINTO, 1989 p. 121). Já que naquela época a função do magistério sempre foi dirigida às mulheres.

Conforme notamos acima, o papel da mulher na educação torna-se evidente, pois, de acordo com Barbosa (2002 p. 31) *Como a mulher é a principal vinculadora da educação escolarizada, a quem historicamente coube, mesmo na esfera doméstica, a instrução dos filhos, exercendo, duplamente a função de educadora*. Esta afirmativa revela que, historicamente coube a mulher a função de educar. Mesmo sabendo que durante muito tempo o sexo feminino sequer teve acesso a escolarização, há um avanço neste quadro, demonstrando que, se a mulher ficava em casa com a difícil tarefa de *cuidar* dos filhos, isso repercute na hipótese dela não pode nem pensar em outras opções para sua vida. Dessa forma é importante saber que, foi confiada a mulher, a função de ensinar. Citando ainda Barbosa (p. 39) a profissão de ensinar “(...) *garante como opção às mulheres – professoras a possibilidade de inserir, na sua prática docente cotidiana, valores e saberes que lhe foram historicamente ensinados*”.

Também evidenciamos que, os valores que a mulher apreendeu ao longo de suas tradições, refletem em seu comportamento afetivo e materno. Para Freire (1999) apud Barbosa (2002, p. 39)

... a educação deve estar voltada para a assunção de si enquanto sujeito social e histórico. Assim, para a formação docente de mulheres-professoras, esse deve ser o paradigma central, cuja ética de gênero pode ser vivenciada nas suas experiências profissionais. Somente uma pedagogia que concebe a Educação como um ato amoroso, se preocupando com os sentimentos e desejos do educando pode formar professoras que não rejeitem o ingresso da cultura e história femininas na pedagogia das suas salas de aula.

Logo, fica claro entender porque, principalmente nas séries iniciais, é preferível a escolha da *afetividade* feminina.

Ligado a essa característica voltada ao sentimento materno, também encontramos historicamente a relação do doar-se por alguém. Almeida, (1998, p. 32) afirma:

Era aceitável que as mulheres desempenhassem um trabalho, desde que este significasse cuidar de alguém. O doar-se com

nobreza e resignação, qualidades inerentes às mulheres, era premissa com a qual também afinavam-se profissões como enfermeira ou parteira.

Esta afirmativa conjuga o verbo doação como uma ação que a diferencia negativamente do sexo masculino. Para a mulher o trabalho voluntário e não remunerado significava um gesto de nobreza e caridade. Mas, ao contrário do que parece, as mulheres, ao longo da história demonstraram seu valor, sua vontade de trabalhar, independente da profissão, e fazendo bem o que faz. Se é no magistério, melhor para os alunos que, vêm na professora alguém capaz de ensinar, dedicando-se ao trabalho.

As professoras-locutoras sempre estavam inovando, e, apesar de serem chamadas de tradicionais, elas nunca concordaram com esse rótulo. Especialmente porque a metodologia utilizada exigia delas um esforço a mais para compartilhar com os seus alunos aqueles momentos de aprendizado. Ao serem perguntadas sobre o método tradicional, baseado na repetição e obediência, Maria José diz:

‘De jeito nenhum’. (...) Não, não. A escola... ora, se o MEB revolucionou o modelo de ensino. A gente não foi aquela escola fechada, sem se inserir na realidade.. Então o que mais que revolucionou foi isso. Uma postura não autoritária, entendeu? Uma escola de diálogo de participação.

A vontade que elas tinham de trabalhar, o desejo de mudar o mundo, tudo isso impulsionava para um trabalho doador de si e de suas ações, tornando impossível enxergar qualquer *falha* naquilo que faziam. Nas palavras de Ammann (1991, p. 58) há um reflexo do povo na vontade de mudar o retrato do país, camuflado nas relações políticas da época.

O entusiasmo engendrado pela abertura político - ideológica e pelo crescimento econômico registrado nos últimos anos do Governo Kubitschek dá origem a um clima de euforia aliado a sensação mais ou menos generalizada de que seria de fato possível empreender mudanças estruturais a curto ou médio prazo. Os reclamos por essas mudanças se difundem com tal intensidade que, progressivamente, os mais variados – e até antagônicos – grupos passam a desfraldar a bandeira das “reformas de base”.

Além dessa vontade de transformar o mundo através do seu trabalho, havia nas professoras-locutoras uma certeza de que aquele trabalho, feito daquela maneira, os

recursos utilizados, os textos discutidos, a cartilha *politizadora*, eram fatores determinantes na conscientização do trabalhador rural.

Para as professoras-locutoras, o mais importante no método são os ensinamentos e discussões que surgiam a partir da interpretação dos textos escolhidos para as aulas, que visavam a conscientização do trabalhador rural. Mesmo porque, elas estavam cumprindo seu papel de agentes responsáveis pela propagação do ideário católico. Ou seja, por trás de sua ousadia política havia uma razão maior que era ajudar a Igreja a manter e/ou ampliar seu corpo de fiéis. Maria Lúcia Pinto (1989, p. 122) via ...

Na professora-locutora uma pessoa politicamente ingênua, sem condições de questionar a realidade, cumprindo entusiasticamente sua missão de católica na tarefa contra o analfabetismo e contra o comunismo, acreditando na transformação da sociedade através da educação. Isso mostra muito bem porque os conteúdos das aulas e programas radiofônicos não poderiam ser diferentes dos conteúdos da escola convencional.

Na verdade, as professoras-locutoras estavam imbuídas da mística católica. As múltiplas determinações que perpassavam a conjuntura brasileira no período implicavam em possíveis, ou mesmo prováveis modificações nos rumos dos movimentos sociais então em curso.

O papel desempenhado pelas professoras-locutoras merece destaque, pois conseguiram quase que *operar milagres* com tão poucos recursos à sua disposição. Gostaríamos que os resultados fossem mais satisfatórios, principalmente no que diz respeito às mudanças na conscientização das populações que foram atingidas pelo movimento. O que percebemos é que houve um esforço muito grande por parte de alguns – professoras-locutoras. A Igreja Católica precisou redefinir seus objetivos quanto ao movimento politizador, tolhendo a marca principal do programa, a consciência política. Faz-se necessário ressaltar, que a Igreja Católica sempre esteve junto do povo, apresentando cada vez mais força, e conseguindo alcançar seus objetivos. Se a preocupação era a de propagar o ideário cristão, vinculando-o ao social, às classes mais pobres, aos trabalhadores rurais, o importante é que dessa forma a Igreja, juntamente com seus

seguidores eclesiais foram além de uma prática evangelizadora. Ou seja, mostrou ao país que, sua força e sua hegemonia como instituição ajudou a mobilizar o povo, mas o que deu certo, segundo as entrevistas realizadas com membros envolvidos nos movimentos da Igreja, foi a vontade e o interesse de algumas pessoas despreocupadas com seu eu, mas, interessadas em dar um pouco do seu tempo ao bem a seu próximo. Entre estas pessoas estão as professoras-locutoras e os monitores de sala de aula que, apesar de realizarem um trabalho voluntário, da falta de formação e/ou capacitação, conseguiram alcançar resultados surpreendentes nas atividades de alfabetização. A experiência das escolas radiofônicas não mostrou somente a atuação de uma instituição voltada para interesses ideológicos e religiosos, ao dar aulas de alfabetização, mas a força de uma organização que queria mudar a mente do povo, através das aulas pelo rádio, de um trabalho de conscientização popular.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Jane Soares de. **Mulher e Educação: a Paixão pelo Possível**. –São Paulo: Editora UNESP, 1998. – (Prismas)

ALVARENGA, Márcia Soares de. **Da cegueira à orfandade: A questão da cidadania** nas políticas de alfabetização de jovens e adultos. Ano 2000, P. 1 – [9http://www.anped.org.br/0615t.htm](http://www.anped.org.br/0615t.htm)

BARBOSA, Juvêncio. **A cartilha e suas mazelas**. IN: Alfabetização e leitura. São Paulo:Cortez, 1990.

BARBOSA, Tatyana Mabel. **Ressignificação de gênero e da prática docente: aspectos discursivos, cognitivos e representacionais na voz da mulher – professora**. – Natal (RN), 2002. 187 p. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Núcleo de Estudos e Pesquisa em Educação, Linguagem e Comunicação.

CALAZANS, Maria Julieta. SILVA, Helio R. S. CASTRO, Luiz Felipe Meira de. **Estudos no âmbito da educação e do trabalho rural no Brasil**. Rio de Janeiro, 1983.

_____. **Dois Programas de Educação no meio rural na década de 50: CNER e SSR**. Rio de Janeiro, 1985.

CARVALHO, Maria Elizete Guimarães. **Memórias da Campanha “De Pé no Chão”:** **1961 – 1964 (O testemunho dos participantes):** - Natal (RN), 2000. 440p. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Programa de Pós-Graduação em Educação.

MAIA, Eni Marisa. **Educação Rural no Brasil. O que mudou em 60 anos?.** ANDE, Ano 1, nº3, 1982.

OLIVEIRA, Marlúcia de Paiva. **Igreja e Renovação: Educação e Sindicalismo no Rio Grande do Norte (1945-1964).** São Paulo, 1992. 317p. tese (doutorado em Educação). Pontifícia Universidade Católica, 1992.

PAIVA, Vanilda Pereira. **Educação Popular e Educação de Adultos.** 5 ed. São Paulo: Edições Loyola, 1987.

PINTO, Maria Lúcia Leite. **Escolas Radiofônicas: Ação Política e Educativa da Igreja Católica no Rio Grande do Norte (1956 – 1961).** Natal. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 1989.

CARVALHO, Maria Araújo Duarte de. Entrevista concedida ao pesquisador em 12 de junho de 2002.

PEIXOTO, Maria José Teixeira. Entrevista concedida ao pesquisador em 12 de junho de 2002.

SOUZA, José Nicolau de. **As Lideranças Comunitárias nos Movimentos de Educação Popular em áreas rurais: Uma questão desvendada.** Natal (RN) – 1988. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 1988.

_____. **EDURURAL/NE. E a Proposta Pedagógica Adaptada ao meio rural: a teoria se confirma na prática?** Natal (RN) – 2001. Tese (Doutorado em Educação) Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2001.